

CONSELHO SUPERIOR DE ESTATÍSTICA
SECÇÃO PERMANENTE DE ESTATÍSTICAS DE BASE TERRITORIAL

Sistema de Indicadores de
Contexto do QREN (SIC QREN)

GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO
DO CONTEXTO EM QUE SE DESENVOLVEM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

RELATÓRIO FINAL

8 de Julho de 2011

ENQUADRAMENTO

Na reunião da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT), realizada em 5 de Abril de 2006, foi aprovada a constituição de uma Sessão Restrita para a criação de um sistema de indicadores de base territorial para o acompanhamento e avaliação dos impactos regionais das políticas públicas. Essa decisão foi formalizada através da 309ª Deliberação do Conselho Superior de Estatística (CSE) (DOCT/1795/CSE/BT), de 21 de Abril de 2006, que definia também o mandato dessa Sessão Restrita¹.

Na sequência dos trabalhos desenvolvidos pela Sessão Restrita, foi apresentado e aprovado, na reunião de 3 de Julho de 2007 da SPEBT, o Relatório Final de Actividades da mesma. A aprovação deste documento e o reconhecimento de que a Sessão Restrita havia cumprido integralmente o mandato que havia sido definido e que tinha dado resposta aos objectivos que presidiram à sua constituição conduziu à criação de um sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, concretizado pela 3ª Decisão da SPEBT de 9 de Julho de 2007 (DOCT/2117/CSE/BT). No seu texto, esta Decisão reconhecia que: *“(…) a aprovação desta versão do sistema de indicadores não constitui impedimento para que este venha a sofrer alterações no sentido de uma melhor cobertura em termos de informação e/ou desagregação territorial dos indicadores existentes.”*

Neste sentido, e com o objectivo de permitir a monitorização da implementação do sistema pelo CSE, a Decisão da SPEBT previa, desde logo, que o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresentaria à Secção dois documentos de acompanhamento: um até ao final de Junho de 2008, com um ponto de situação respeitante à disponibilização da informação elencada no sistema de indicadores, e outro até ao final do 1º trimestre de 2009, com uma avaliação do grau de exequibilidade / implementação das “Recomendações” constantes do relatório apresentado à SPEBT-CSE em Julho de 2007.

No cumprimento do estipulado na Decisão, o INE apresentou os pontos de situação nela previstos (DOCT/2411/CSE/BT e DOCT/2702/CSE/BT-2), dando conta, não só do grau de implementação do sistema, como também das alterações introduzidas ao mesmo e do estado de implementação das recomendações constantes do relatório final das actividades da sessão restrita de Julho de 2007. Devido a constrangimentos diversos, identificados pelo INE nos dois relatórios e nos pontos de situação do sistema realizados pelo INE nas reuniões da SPEBT, tornou-se inviável a total implementação do sistema, pelo que na 3ª reunião desta Secção (18 de Novembro de 2009) ficou acordado que o INE continuaria a preparar, para cada reunião, um ponto de situação sobre o nível de implementação do sistema. Após solicitação de algumas entidades com assento na SPEBT, o INE apresentou, na 5ª reunião desta secção realizada a 6 de Dezembro de 2010, um ponto de situação que, para além da taxa de implementação do sistema de indicadores, identificava nominalmente os indicadores por disponibilizar e os constrangimentos que lhes estavam associados. Tendo em atenção as limitações de carácter metodológico associadas aos indicadores em falta, e na sequência do debate realizado, a Secção considerou que seria vantajoso a criação de um Grupo de Trabalho que, num

¹ O mandato da Sessão Restrita previa, por um lado, a concepção de um sistema de indicadores estatísticos, a disponibilizar pelo Sistema Estatístico Nacional, que desse resposta às necessidades de acompanhamento e avaliação dos impactos regionais das políticas públicas e, por outro lado, que explicitasse formas de disponibilização desse sistema que permitisse a sua ampla difusão e permanente actualização.

curto espaço de tempo, pudesse visitar integralmente os indicadores que, actualmente, compõem o sistema.

Foi neste contexto que, através da 3ª Deliberação da SPEBT (DOCT/3122/CSE/BT-2) de 25 de Janeiro de 2011, foi constituído o Grupo de Trabalho para a revisão do sistema de indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas (GT SIC QREN).

O mandato atribuído a este Grupo de Trabalho (GT) da SPEBT-CSE consistia em:

1. *Identificar as utilizações nomeadamente através dos documentos fundamentais de apoio à monitorização do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional) e respectivos Programas Operacionais que utilizam a informação do Sistema de indicadores e, se possível, sistematizar as componentes e subcomponentes de informação mais relevantes do sistema para cada um destes utilizadores; assim como, identificar, também, as principais lacunas na informação disponibilizada e que dificultam um acompanhamento e monitorização mais eficaz e eficiente desse mesmo QREN.*
2. *Revisitar os indicadores que compõem o Sistema de Indicadores de monitorização do contexto em que se desenrolam as políticas públicas, aprovado pela 3ª Decisão da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial, numa perspectiva de:*
 - a. *Manter e, se possível, aumentar o seu grau de focalização nas prioridades estratégicas do QREN;*
 - b. *Propor, mediante fundamentação, a eliminação ou substituição de indicadores, quer por comprovada impossibilidade na sua disponibilização, quer para aumentar o grau de pertinência dos mesmos;*
 - c. *Propor, nos casos considerados determinantes, medidas que permitam ultrapassar actuais constrangimentos existentes, que têm inviabilizado a disponibilização de informação de reconhecida relevância.*

Conforme acordado previamente, a Deliberação definia ainda que o GT seria composto pelas seguintes entidades:

- INE: Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- Observatório do QREN
- CCDR-N: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
- CCDR-C: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
- CCDR-LVT: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- CCDR-Alent: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- CCDR-Alg: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- SREA: Serviço Regional de Estatística dos Açores
- DREM: Direcção Regional de Estatística da Madeira
- IFDR: Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, IP

METODOLOGIA E ACTIVIDADE DO GRUPO DE TRABALHO

Na 1ª reunião do GT SIC QREN, realizada a 17 de Março de 2011, foi eleito, por unanimidade e após proposta da presidente da SPEBT, o Dr. Duarte Rodrigues (Observatório do QREN) como presidente do Grupo de Trabalho. Aí foi igualmente aprovado o programa de trabalhos, tendo ficado definido que os mesmos deveriam incidir em dois pontos fundamentais:

- i. inventariação das diversas utilizações que as instituições fazem do SIC QREN e identificação de eventuais lacunas de cariz estrutural deste sistema que importasse suprir a médio prazo (e.g. instrumentos estatísticos de relevo que pela sua inexistência continuam a comprometer um acompanhamento mais eficaz do QREN ou informação que tenha entretanto adquirido especial relevância no actual contexto de debate das políticas europeias que enquadram os ciclos de programação da Política de Coesão e dos QREN);
- ii. revisitação do SIC QREN, reavaliando os indicadores ainda não disponíveis (em particular, no que respeita aos indicadores associados a uma indisponibilidade metodológica) e propondo eventuais reformulações/substituições de indicadores.

Na sequência desta 1ª reunião, e no cumprimento do programa de trabalhos aprovados, foi desencadeado um processo de consulta às entidades que integram o GT (com excepção do INE) com o objectivo de avaliar o actual estado do Sistema de Indicadores de Contexto do QREN.

Esta consulta integrava duas componentes distintas:

- i. no primeiro ponto, de carácter aberto, era solicitada às diversas entidades do GT a elaboração de uma lista das principais utilizações do SIC QREN no âmbito da sua actividade e das lacunas nele detectadas e que seria importante colmatar a breve prazo. Ficou ainda acordado que esta primeira componente da consulta seria alargada, não só às restantes entidades da SPEBT, mas também às Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais (PO) Temáticos (PO Potencial Humano, PO Factores de Competitividade e PO Valorização do Território) e ao Gabinete do Coordenador da Estratégia de Lisboa².
- ii. no segundo ponto, baseado num ficheiro disponibilizado pelo INE, cada entidade foi chamada a pronunciar-se, de forma limitada³, sobre os indicadores (classificados nos três tipos em que

² Na sequência da solicitação de contributos a estas entidades, foram efectivamente recebidas respostas das seguintes instituições: Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN), Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), Direcção Geral da Política de Justiça (DGPJ), Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (GEE/MEID), Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres (IMTT), Programa Operacional dos Factores de Competitividade (PO FC/COMPETE), Direcção Geral de Energia e Geologia (DGEG) e Agência para a Sociedade do Conhecimento (UMIC). Estes contributos ainda que, naturalmente, não vertidos na íntegra neste relatório foram relevantes quer para o resultado final deste GT, quer, sobretudo, para o processo de reflexão levado a cabo durante o período de desenvolvimento dos trabalhos.

³ Este carácter limitado das alterações traduziu-se, por exemplo: na aceitação do princípio geral de que as alterações deveriam ser tendencialmente consensuais; na regra de que cada entidade apenas poderia propor um máximo de 15 alterações; e no facto de propostas de novos indicadores deverem ser compensadas, em termos quantitativos, por propostas de eliminação.

havia sido agrupados no último ponto de situação sobre a implementação do SIC QREN⁴, elaborado pelo INE em Março de 2011), bem como sobre eventuais propostas de integração de novos indicadores e de eliminação de outros.

Findo o período para a recepção dos contributos das diversas entidades, seguiu-se um processo de consolidação dos mesmos que se consubstanciaria na elaboração de um documento que seria estruturado em dois pontos: 1) Potencialidades e lacunas do SIC QREN; 2) Revisitação dos indicadores do SIC QREN. Este documento serviu de base para a reflexão e discussão sobre as alterações a efectuar ao sistema e sobre as recomendações que o GT deveria propor para o melhorar e para ultrapassar algumas das lacunas detectadas.

As reuniões que se seguiram (a 2ª realizada no dia 4 de Maio e a 3ª no dia 1 de Junho de 2011) serviram para reflectir e decidir sobre as propostas apresentadas.

Paralelamente, ao longo dos meses de Maio e Junho, em consonância com o que foi decidido na 2ª e na 3ª reuniões, foram desenvolvidos contactos e iniciativas junto de entidades com responsabilidades na produção e disponibilização de alguns dos indicadores em falta, dos quais se destaca:

- Carta enviada à Sra. Presidente do GT sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial, identificando os constrangimentos relativos a alguns indicadores que estarão a merecer atenção no âmbito desse GT e procurando sensibilizar para a necessidade de os contornar. Esta carta suscitou já uma resposta da Sra. Presidente deste GT a confirmar que os indicadores identificados serão tidos em consideração no trabalho que estão a desenvolver⁵.
- Reunião com o serviço do INE responsável pela informação do comércio internacional e da indústria sobre a informação estatística relativa a patentes registadas no European Patent Office (EPO), e respectiva articulação com o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), e sobre a possibilidade de exploração de uma nomenclatura comum para o grau de intensidade tecnológica das exportações, nomeadamente tomando como referência as classificações utilizadas pelo Banco de Portugal (BdP) e GEE/MEID.

⁴ Mais especificamente: indicadores já associados ao sistema (260 indicadores ou 434 considerando as duas geografias das NUTS); indicadores ainda não disponíveis no sistema mas disponibilizáveis (44 indicadores ou 53 considerando as duas geografias das NUTS); e indicadores de indisponibilidade metodológica (19 indicadores ou 27 considerando as duas geografias das NUTS), sobre os quais era obrigatório os participantes do GT pronunciarem-se sobre a sua continuidade ou não no SIC QREN.

⁵ Ver anexo 1.

Calendário dos principais marcos da actividade do Grupo de Trabalho

17 de Março de 2011	1ª reunião Aprovação do programa de trabalhos
1 de Abril de 2011	Fim do período de recepção dos contributos relativos aos dois pontos do processo de consulta
4 de Maio de 2011	2ª reunião Reflexão e discussão do documento consolidado com os diversos contributos recebidos
1 de Junho de 2011	3ª reunião Conclusão da discussão sobre as alterações ao SIC QREN Aprovação da estrutura do relatório final dos trabalhos do GT
30 de Junho de 2011	Envio do relatório final preliminar (disponibilização via CIRCA)
5 de Julho de 2011	Data limite para envio de comentários e propostas de alterações
8 de Julho de 2011	Envio do relatório final para a SPEBT-CSE
15 de Julho de 2011	Apresentação do relatório final na 7ª reunião da SPEBT

POTENCIALIDADES E LACUNAS DO SISTEMA

Os contributos recebidos na primeira fase dos trabalhos e as interações ocorridas ao longo das reuniões do GT, para além de terem confirmado a utilidade do SIC QREN na monitorização do contexto de aplicação do QREN, permitiram, também, identificar as suas principais utilizações bem como inventariar um conjunto de lacunas do actual sistema de informação (fragilidades de natureza transversal) que importa colmatar a breve prazo. Na sequência deste processo, foi ainda possível identificar um conjunto de lacunas persistentes do sistema estatístico que tendem a comprometer a eficácia do processo de monitorização das políticas públicas.

No âmbito das actividades desenvolvidas pelas diversas entidades convidadas a pronunciarem-se, foi possível identificar um conjunto de situações onde é frequente o recurso ao SIC QREN. Entre as principais utilizações do sistema destacam-se:

- Elaboração de análises de diagnósticos, de desempenhos regionais e de impactos de políticas públicas em diversas temáticas, quer de cariz mais formal e público (e.g. boletins trimestrais de conjuntura, sínteses temáticas e estudos regionais), quer de cariz mais interno às entidades que as promovem, sobretudo desenvolvidas pelas entidades regionais (CCDR e Governos Regionais das Regiões Autónomas), mas também por entidades de âmbito nacional (e.g. Observatório do QREN, DGOTDU e Gabinetes de Estudos de alguns Ministérios);
- Utilização como informação de enquadramento das realizações e resultados do QREN, com especial enfoque nos PO Regionais, sendo informação relevante à elaboração dos Relatórios Anuais de Execução dos PO, desenvolvidos pelas respectivas Autoridades de Gestão, e do Relatório anual de Monitorização Estratégica do QREN, da autoria da Comissão Técnica de Coordenação do QREN (CTC QREN);
- Suporte à monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território, da responsabilidade das CCDR;

- Acompanhamento dos debates regionais em torno da Estratégia Europa 2020 (EU 2020) e do Plano Nacional de Reformas (PNR), sobretudo tendo em conta que alguns dos indicadores da EU 2020 já integram este sistema;
- Alimentação de sistemas de informação de Estatísticas Regionais, desenvolvidos pelas CCDR ou por entidades de âmbito nacional com enfoque territorial (e.g. DGOTDU), e partes integrantes do sistema de monitorização do QREN, da responsabilidade da CTC QREN.

Para além de questões específicas ao nível dos indicadores individualmente considerados (que foram amplamente debatidas no seio do GT e que suportam as opções contidas no capítulo 4 deste relatório), foi possível identificar no actual sistema de indicadores⁶ um conjunto de lacunas e fragilidades de natureza mais transversal que importa colmatar a breve prazo, nomeadamente:

- Desfasamento temporal de alguns indicadores, revelando-se imprescindível garantir maior actualidade da informação disponibilizada (e.g. indicadores do Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional), bem como assegurar maior brevidade na incorporação de novos indicadores no SIC QREN, na sequência de alterações metodológicas (e.g. integração de indicadores das contas regionais na base 2006 ou de indicadores com base na nova Classificação das Actividades Económicas);
- Necessidade de manter e disponibilizar os indicadores seleccionados para o SIC QREN na geografia NUTS 2001, importante sobretudo para as CCDR do Centro, de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo, nomeadamente no âmbito da monitorização dos respectivos PROT⁷. Tendo em conta que esta delimitação geográfica continua a ser pertinente nas políticas públicas, particularmente nas de gestão e ordenamento do território, o Sistema Estatístico Nacional (SEN) deve continuar a integrar esta preocupação na definição das suas políticas de recolha e divulgação de informação;
- Necessidade de passar a integrar todos os indicadores da EU 2020 que estejam disponíveis no SEN (algo que será concretizado nas alterações propostas no capítulo 4 do presente relatório);
- No que respeita às funcionalidades de consulta e extracção de informação do SIC QREN, residente no Portal de Estatísticas Oficiais (www.ine.pt), foi referenciada a necessidade de optimizar os processos de extracção de conjuntos alargados de indicadores (e.g. extracção em simultâneo de todos os indicadores de uma determinada temática para uma região ou conjunto de regiões), bem como o interesse em poder disponibilizar às entidades responsáveis pela monitorização do QREN um ficheiro com a totalidade de conteúdos do sistema em determinado momento do ano, a definir.

É de referir que, no âmbito das actividades deste grupo de trabalho, foi ainda possível colmatar a última das lacunas acima enunciada, com o INE a corresponder à necessidade manifestada pelas restantes entidades de poderem aceder a uma imagem dos indicadores associados ao SIC QREN que estão disponíveis no

⁶ De acordo com os conteúdos disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais, através do Banco de Dados de Difusão.

⁷ A monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) é uma obrigatoriedade comum a todas as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) através da implementação de um Sistema de Indicadores de Monitorização, como forma de promover e acompanhar o planeamento neles previsto. Em todas as regiões, os PROT respeitam ao território delimitado pela área de intervenção das CCDR. No caso das regiões Centro, Lisboa e Alentejo, este território de intervenção das CCDR corresponde à delimitação definida pela Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos em vigor até Novembro de 2002 (NUTS-2001).

Portal de Estatísticas Oficiais. Essa mesma imagem reportada a 25 de Maio foi disponibilizada a todas as entidades através do CIRCA.

Numa óptica de desenvolvimentos não tão urgentes como os acima identificados, foram ainda apontadas duas temáticas onde a cobertura do SIC QREN deveria ser robustecida, mais especificamente, no reforço da representatividade de indicadores com diferenciação de género⁸ e na introdução de medidas complementares de mensuração do fenómeno do desemprego que se revela cada vez mais complexo (e.g. com a relevância crescente de fenómenos de subemprego visível ou de desencorajamento dos inactivos)⁹.

Por fim, foi ainda identificado um conjunto de lacunas estruturais do sistema estatístico, cuja supressão contribuiria para uma maior eficácia do processo de monitorização das políticas públicas, nomeadamente:

- Ausência de uma carta de equipamentos colectivos com as respectivas localizações e caracterização das suas valências e áreas de influência. Desde a suspensão do projecto do INE Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População (última edição em 2004 com informação relativa a 2002), na sequência da criação do GT GEOEQUIPE pela Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, que não é possível dispor de informação desta natureza que cubra simultaneamente todo o território e as diversas áreas da prestação de serviços¹⁰;
- Falta de representatividade regional de inquéritos estatísticos fundamentais para a monitorização dos indicadores da Estratégia Europa 2020, nomeadamente o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias – ICOR, do qual dependem os indicadores da EU 2020 associados à pobreza. Não obstante o aumento da amostra para garantir tal representatividade ser significativo¹¹, considera-se problemático este desfazamento entre a definição de metas prioritárias para a Política Europeia e os instrumentos estatísticos que a CE e os Estados-Membros desenvolvem para as monitorizar¹²;
- Ausência de informação do comércio extra-comunitário tendo por base a região de origem/destino das mercadorias;

⁸ Nesta matéria, o GT identificou um conjunto de indicadores já presentes no SIC QREN para os quais considera pertinente uma futura segmentação segundo o género (ver anexo 2).

⁹ Os desenvolvimentos nesta matéria deverão beneficiar dos trabalhos já em curso no EUROSTAT sobre medidas complementares de desemprego. A publicação das estatísticas do emprego do 3º trimestre de 2006 contém um capítulo onde são apresentadas medidas alternativas para medir o desemprego.

¹⁰ Na 5ª reunião da SPEBT, realizada a 6 de Dezembro de 2010, na sequência da apresentação do relatório de progresso do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Mobilidade Territorial e da relevância atribuída por algumas entidades ao processo de georreferenciação de equipamentos para os indicadores de acessibilidade, a DGOTDU referiu que o projecto GEOEQUIPE seria avaliado no âmbito da programação de actividades para 2011 (DOCT/3154/CSE/BT-2).

¹¹ Tal como referia o relatório de avaliação do grau de implementação das recomendações (DOCT/2702/CSE/BT-2), apresentado à SPEBT, em Junho de 2009: *“No que diz respeito ao ICOR, a dimensão do questionário e a complexidade do plano de apuramentos para garantir os indicadores de pobreza e privação divulgados de acordo com a regulamentação comunitária, obrigariam a um aumento substancial da amostra deste projecto para assegurar resultados por NUTS II. Do ponto de vista dos indicadores de pobreza e privação, o Inquérito às despesas das famílias (IDEF) permitiu, na sua última edição, a divulgação de informação desta natureza por região NUTS II.”*

¹² A este propósito sublinha-se a forte articulação proposta entre a Política de Coesão da UE, de cariz marcadamente regional, e as metas da Europa 2020, visível, por exemplo, na recente proposta da CE de orçamento comunitário para o período 2014-2020 [COM (2011) 500 final], onde se afirma *“Cohesion policy also has a key role to play in delivering the Europe 2020 objectives and targets throughout the EU”*.

- Ausência de matrizes de fluxos inter-regionais de bens e serviços, que, entre outros factores, impossibilita a construção de um modelo macro-económico com uma vertente regional robusta que permita aferir impactos regionalmente diferenciados de diversas políticas públicas, nomeadamente das co-financiadas pelo QREN (conclusão expressa, por exemplo, no relatório de avaliação do impacto macroeconómico do QREN 2007-2013, elaborado pelo DPP – Março 2011)¹³;
- Indisponibilidade de informação regionalizada de inquéritos para as regiões onde tal se apresenta como estatisticamente fiável, como por exemplo resultados de inquéritos de conjuntura.

Deve sublinhar-se que parte das lacunas ora identificadas já tinham sido sinalizadas em 2007 no capítulo das recomendações no Relatório Final das Actividades da Sessão Restrita (DOCT/2094/CSE/BT), tendo sido alvo de análise no relatório de avaliação do grau de implementação das recomendações (DOCT/2702/CSE/BT-2), apresentado à SPEBT, em Junho de 2009.

Este processo de auscultação confirmou, ainda, a necessidade de as entidades envolvidas poderem dispor de um sistema de indicadores regional de periodicidade infra-anual. Esta necessidade assume particular relevância no âmbito das actividades de monitorização da conjuntura regional desenvolvidas pelos Centros de Observação das Dinâmicas Regionais¹⁴ das CCDR. Neste sistema, o grau de celeridade na actualização da informação será decisivo, sob pena de comprometer a sua utilização em análises que têm que respeitar calendários de divulgação na ordem dos 75 dias após o final do trimestre.

REVISITAÇÃO DOS INDICADORES DO SIC QREN E AJUSTAMENTOS AO SISTEMA

Este capítulo contém as conclusões do GT no que respeita a ajustamentos aos indicadores do SIC QREN, que procuram conferir-lhe maior coerência, maior eficiência e maior equilíbrio. Após uma primeira exposição das decisões sobre os 19 indicadores que revelaram problemas de indisponibilidade metodológica (27 considerando a segmentação pelas duas geografias das NUTS), apresentam-se os ajustamentos pela seguinte ordem: anulações, alterações de indicadores e propostas de novos indicadores.

Dos 19 indicadores classificados de *indisponibilidade metodológica* (um dos pontos críticos do SIC QREN que esteve, inclusivamente, na origem da constituição do presente GT), após detalhada análise e debate, optou-se por anular 8 indicadores (identificados na tabela seguinte respeitante a anulações) e manter 11 indicadores (19 considerando a segmentação pelas duas geografias das NUTS). Os indicadores considerados como indispensáveis ao SIC QREN pertencem aos seguintes três grupos:

¹³ Ainda neste âmbito, foi identificada pelos representantes dos Serviços de Estatísticas das Regiões Autónomas no GT a possibilidade de, no caso específico dos fluxos inter-regionais que envolvam as Regiões Autónomas, se recorrer para este efeito de cálculo da estimativa dos fluxos comerciais, à informação dos Anexos M e L da IES (Informação Empresarial Simplificada), uma vez que existem taxas diferentes de IVA para o Continente e Regiões Autónomas.

¹⁴ Criados no âmbito do modelo de governação do QREN.

- 4 indicadores associados ao conteúdo tecnológico do processo produtivo (fonte: INE-SCIE), cuja viabilidade depende do processo de análise de incidência do segredo estatístico sobre os dados apurados na CAE Rev.3¹⁵.
- 4 indicadores sobre patentes EPO e marcas comunitárias (fonte: INPI), que aguardam os resultados de sensibilização recente junto da área do INE responsável por esta matéria e, sobretudo, das diligências em curso pelo INE junto da DGPJ/INPI no sentido de procurar viabilizar a divulgação deste conjunto de indicadores.
- 3 indicadores sobre mobilidade (fonte: INE, inquérito ao tráfego por caminho de ferro) que deverão ser mantidos até à clarificação da possibilidade de divulgação, na sequência dos trabalhos em desenvolvimento pelo GT sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial (no âmbito da SPEBT).

De seguida expõe-se a totalidade dos ajustamentos propostos ao SIC QREN, explicitando as suas principais motivações.

O quadro seguinte contém os 14 indicadores que se propõe que sejam eliminados do SIC-QREN (18 considerando a segmentação pelas duas geografias das NUTS). Destes, 8 respeitam a indicadores que revelando problemas de indisponibilidade metodológica se concluiu pela sua menor relevância face aos objectivos do SIC QREN, sobretudo pelo facto de não estar prevista a sua desagregação ao nível regional, mas apenas a divulgação do total nacional. Nos restantes casos, o fundamento essencial para a anulação foi a conclusão do GT de que existem indicadores alternativos mais adequados para medir os mesmos fenómenos.

Quadro 1 - Anulações de indicadores

Indicador	Geografia	Estádio de disponibilização	Observações
Taxa de incidência de casos notificados de doenças de declaração obrigatória (%) por Local de residência; Anual (INE)	NUTS-2002 NUTS-2001	Disponibilizado Não disponibilizado	Anular. Reduzida pertinência e utilização dos indicadores para o objecto de monitorização para o qual o SIC QREN foi implementado
Casos notificados de doenças de declaração obrigatória (N.º) por Local de residência e Doenças de declaração obrigatória; Anual (DGS)	NUTS-2002 NUTS-2001	Disponibilizado Não disponibilizado	
Índice harmonizado de preços no consumidor (Taxa de variação média anual - Base 2005 - %) por Consumo individual por objectivo; Mensal (INE, IPC)	País	Disponibilizado	Anular. Dada a impossibilidade da sua regionalização. Substituição por dois indicadores equivalentes com base no índice de Preços no Consumidor por NUTS II e com periodicidade anual
Índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC - Base 2005) por Consumo individual por objectivo; Mensal (INE, IPC)	País	Disponibilizado	
Qualidade da água para consumo humano - percentagem de análises em falta (APA)	NUTS-2002 NUTS-2001	Não disponibilizado Não disponibilizado	Anular. Substituir pelo indicador utilizado nesta temática no âmbito do ISDR: Indicador de Qualidade de água para consumo humano: Número de

¹⁵ Apesar dos testes efectuados pelo INE com base nos resultados anuais da SCIE segundo a nova CAE não permitirem a divulgação desta informação, estão a ser realizados ensaios no sentido de disponibilizar estes indicadores com dados bienais e, desta forma, contornar as dificuldades de difusão suscitadas pelos estratos sujeitos a segredo estatístico.

Indicador	Geografia	Estádio de disponibilização	Observações
Qualidade da água para consumo humano - percentagem de análises em incumprimento ao valor paramétrico (APA)	NUTS-2002 NUTS-2001	Não disponibilizado Não disponibilizado	análises em cumprimento ao valor paramétrico / [N.º de análises efectuadas com valor paramétrico (em cumprimento + incumprimento) + N.º de análises em falta] x 100
Quota mundial de exportações portuguesas (bens)	País	Indisponibilidade metodológica	Anular. Duas razões distintas: i) Incapacidade de se proceder a uma actualização permanente destes indicadores, sempre que actualizados na fonte; ii) o facto de estes indicadores serem relativo ao país (Portugal), quando este sistema tem uma incidência regional
Quota mundial de exportações portuguesas (serviços)	País	Indisponibilidade metodológica	
Quota dos aeroportos portugueses no conjunto UE(25)	País	Indisponibilidade metodológica	
Quota dos portos marítimos portugueses no conjunto UE(25)	País	Indisponibilidade metodológica	
Nível de sofisticação dos serviços públicos on-line	País	Indisponibilidade metodológica	Anular. Não apresenta desagregação regional
Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Anos) por Local de residência (NUTS - 2001)	NUTS-2001	Indisponibilidade metodológica	Anular. Geografia NUTS-2002 é suficiente. A operacionalização das tábuas de mortalidade na geografia NUTS-2001 não está prevista no médio prazo pelo esforço de recursos que comporta.
Distribuição das dormidas (%) no turismo no espaço rural por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Modalidade de hospedagem (turismo no espaço rural)	NUTS-2001	Indisponibilidade metodológica	Anular. Dada a impossibilidade reportada de operacionalização e ao facto de não se assumir como um indicador crítico para o objecto de monitorização para o qual o SIC QREN foi implementado.
Dormidas (N.º) no turismo no espaço rural por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Modalidade de hospedagem (turismo no espaço rural)	NUTS-2001	Indisponibilidade metodológica	

As propostas de alteração de 8 indicadores (16 considerando a segmentação pelas duas geografias das NUTS) presentes no quadro seguinte derivam de dois factores essenciais: adaptação das suas especificações para os aproximar dos objectos das respectivas políticas públicas; e regionalização (por NUTS II ou NUTS III) de indicadores que actualmente se encontram disponíveis apenas para o total nacional. A concretização destas propostas, mais precisamente o objectivo de cobrir também as NUTS 2001, traduz-se na criação de 5 novos indicadores na geografia NUTS 2001 (identificados como não seleccionados).

Quadro 2 - Alteração de indicadores

Indicador	Desagregação geográfica	Estádio de disponibilização	Geografia a adoptar	Observações
Proporção de estabelecimentos de ensino básico 1º ciclo (tipologia EB1) com menos de 10 alunos (%) por Localização geográfica; Anual (GEPE, ME)	Município	Disponibilizado Disponibilizado	NUTS-2002 NUTS-2001	Alterar de forma a considerar-se o novo limiar pertinente em termos da política de reordenamento do parque escolar (21 alunos). Em avaliação pelo GEPE/ME.
Taxa de participação em cursos profissionais no ensino secundário regular (%) por Localização geográfica; Anual (GEPE, ME)	Município	Disponibilizado Disponibilizado	NUTS-2002 NUTS-2001	Alterar para cursos profissionalizantes (que inclui, cursos tecnológicos, cursos profissionais, cursos do sistema de aprendizagem, cursos artísticos e especializados, cursos das escolas de hotelaria e turismo e cursos de educação e formação – exclui EFA, RVCC e recorrente), permitindo ajustar o indicador ao utilizado na política pública. Em avaliação pelo GEPE/ME.
Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica; Anual (INE)	NUTS III	Disponibilizado Disponibilizado	NUTS-2002 NUTS-2001	Ponderar a substituição pelas exportações por grau de intensidade tecnológica, no âmbito da articulação entre o INE, o BdP e o GEE/MEID.
Densidade da rede rodoviária nacional (km/km²) por Localização geográfica e Tipo de rede; Anual (Estradas de Portugal)	Distrito ---	Disponibilizado Não seleccionado	NUTS-2002 NUTS-2001	Insistência para se obter este indicador por NUTS III ou, pelo menos, por NUTS II. Associado aos trabalhos do GT sobre estatísticas da Mobilidade Territorial.
Potencial de efeito de estufa (Base 2000 - t equivalentes CO2) por Ramo de actividade; Anual	País ---	Disponibilizado Não seleccionado	NUTS-2002 NUTS-2001	Regionalizar por NUTS III ou, pelo menos, por NUTS II. Tendo em conta que as Contas Satélite do Ambiente não disponibilizam esta informação a nível regional, esta questão será avaliada no âmbito da articulação entre o INE e a APA.
Número de adultos certificados pelo sistema de RVCC (Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação)	País ---	Não Disponibilizado Não seleccionado	NUTS-2002 NUTS-2001	Regionalizar por NUTS III ou, pelo menos, por NUTS II. Em avaliação pelo GEPE/ME.
Taxa de exportação	País ---	Não Disponibilizado Não seleccionado	NUTS-2002 NUTS-2001	A operacionalizar em alternativa o indicador Intensidade Exportadora, (por NUTS II ou NUTS III) resultante da conjugação da informação das Estatísticas do Comércio Internacional e das Contas Regionais por NUTS II ou NUTS III.
Investimento directo estrangeiro em sectores de alta e média-alta tecnologia em percentagem da FBCF (BdP)	País ---	Não Disponibilizado Não seleccionado	NUTS-2002 NUTS-2001	Regionalizar por NUTS III ou, pelo menos, por NUTS II. A avaliar, no âmbito da articulação entre o INE e o BdP.

A proposta de criação de 20 novos indicadores (35 considerando a segmentação pelas duas geografias das NUTS¹⁶) explicitada no quadro seguinte tentou respeitar as linhas de orientação gerais definidas no início dos trabalhos. Ou seja, procurou-se colmatar algumas lacunas de informação do SIC QREN, mantendo, contudo, limitado o número de novos indicadores, de forma a evitar um aumento excessivo do número total de indicadores associados ao SIC QREN.

Neste contexto, entre as principais motivações para a inclusão dos novos indicadores, evidenciam-se as seguintes:

¹⁶ A estes acrescem 5 indicadores relativos às NUTS 2001, anteriormente referidos no quadro 2 a propósito das alterações.

- Indicadores que, aquando da criação do sistema, ainda não estavam disponíveis e que são centrais na monitorização e acompanhamento de algumas políticas de desenvolvimento regional e na implementação do QREN, como por exemplo o ISDR (e as suas respectivas componentes: Competitividade, Coesão e Qualidade ambiental) e a proporção do VAB em ramos de actividade internacionalizáveis;
- Indicadores que serão associados em substituição de outros que já faziam parte do sistema para:
 - i) permitir uma maior desagregação geográfica da informação disponível (indicadores do IPC em vez dos indicadores do IHPC); ii) potenciar a utilização de indicadores de base do ISDR para colmatar lacunas (e.g. indicador de qualidade água para consumo humano em vez dos dois indicadores actualmente existentes para procurar medir o mesmo fenómeno cuja operacionalização ainda não tinha sido possível);
- Indicadores que ganharam relevância em virtude de ajustamentos nas orientações de determinadas políticas públicas e que complementam e enriquecem informação já disponibilizada.

Deste conjunto de propostas, cerca de metade traduzem uma apropriação para o SIC QREN de indicadores disponíveis no SEN, enquanto a operacionalização da outra metade está ainda dependente de articulações e diligências em desenvolvimento pelo INE ou de resultados do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Mobilidade.

Quadro 3 - Propostas de indicadores novos

Cod-Dim	Dimensão	Subdimensão	Designação	Unidade	Desagregação geográfica pretendida	Periodicidade	Fonte	Geografia a adoptar	Opção do GT SIC QREN
D1	Qualificação dos Portugueses e das Portuguesas	Conhecimento avançado e científico	Diplomados do ensino superior (total) por 1 000 habitantes por Localização geográfica; Anual	N.º	NUTS III	Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS-2002 NUTS-2001	O INE ficou de avaliar junto do GPEARI/MCTES a possibilidade de proceder a esta operacionalização.
D2	Crescimento Sustentado	Padrão de especialização económica	Proporção do valor acrescentado bruto em ramos de actividade internacionalizáveis	%	NUTS III	Anual	INE, Contas Regionais	NUTS-2002 NUTS-2001	Indicadores a serem operacionalizados com os dados das Contas Regionais (e não com o SCIE) de forma a assegurar uma formulação coincidente com o ISDR. Sujeito a avaliação com o serviço das Contas Regionais.
D2	Crescimento Sustentado	Indicadores de massa	Valor acrescentado bruto em ramos de actividade internacionalizáveis	€	NUTS III	Anual		NUTS-2002 NUTS-2001	
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Assimetrias regionais de desenvolvimento	ISDR - Índice Global (Portugal = 100)	PT=100	NUTS III	Anual	INE, Índice Sintético de Desenvolvimento regional	NUTS-2002 NUTS-2001	Serão associados ao SIC QREN, nas geografias NUTS-2002 e NUTS-2001, num total de oito indicadores.
D2	Crescimento Sustentado	Competitividade	ISDR - Competitividade (Portugal = 100)	PT=100	NUTS III	Anual		NUTS-2002 NUTS-2001	
D3	Coesão Social	Condições de vida	ISDR - Coesão (Portugal = 100)	PT=100	NUTS III	Anual		NUTS-2002 NUTS-2001	
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Património natural e ambiente	ISDR - Qualidade Ambiental (Portugal = 100)	PT=100	NUTS III	Anual		NUTS-2002 NUTS-2001	
D2	Crescimento Sustentado	Desempenho económico	IPC (taxa de variação média anual) por consumo individual e por objectivo	%	NUTS II	Anual	INE, IPC	NUTS-2002 NUTS-2001	Em substituição do IHPC para permitir a regionalização por NUTS II. Avaliar a possibilidade de proceder a esta operacionalização também para as NUTS 2001.
D2	Crescimento Sustentado	Indicadores de massa	IPC por consumo individual e por objectivo	Índice	NUTS II	Anual		NUTS-2002 NUTS-2001	
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Património natural e ambiente	Qualidade da água para consumo humano	%	NUTS III	Anual	ERSAR	NUTS-2002 NUTS-2001	Associar ao SIC QREN o Indicador utilizado no ISDR, em substituição dos 4 indicadores anteriores relativos à qualidade da água para consumo humano.
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Conectividade	Passageiros - km em transporte colectivo	%	NUTS III	Anual	-	NUTS-2002 NUTS-2001	Associado aos trabalhos do GT sobre estatísticas da Mobilidade Territorial.
D1	Qualificação dos Portugueses e das Portuguesas	Qualificação da população	Taxa de escolaridade de nível básico: Percentagem da população entre os 25 e 64 anos que completou pelo menos o 3º ciclo do ensino básico	%	NUTS II	Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS-2002 NUTS-2001	Avaliar a possibilidade de proceder a esta operacionalização.
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Energia	Percentagem da produção bruta de energia eléctrica com base em fontes de energia renováveis	%	NUTS II / Município	Anual	DGEG	NUTS-2002	Avaliar a possibilidade de proceder a esta operacionalização.
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Indicadores de massa	Estabelecimentos de ensino não superior (N.º) por Localização geográfica, Nível de ensino ministrado e Natureza institucional	N.º	NUTS III	Anual	Ministério da Educação	NUTS-2002 NUTS-2001	
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Ordenamento e reabilitação urbana	Áreas de reabilitação urbana	N.º	Município	Anual	INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social	NUTS-2002	Avaliar a possibilidade de proceder a esta operacionalização também para as NUTS 2001.
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Património natural e ambiente	Perdas nos sistemas de abastecimento de água	%	NUTS II / Município	-	INAG	NUTS-2002	A avaliar no âmbito do protocolo INE/INAG (INSAAR).
D2	Crescimento Sustentado	Competitividade	Investimento directo estrangeiro total	Euros	NUTS III	Anual	BdP	NUTS-2002 NUTS-2001	Avaliar a possibilidade de proceder à integração deste indicador no âmbito da articulação INE / BdP.
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Conectividade	Extensão da rede regional rodoviária (km) por Localização geográfica (Distrito) e Tipo de rede rodoviária; Anual	Km	Município	Bienal	Entidades regionais diversas	NUTS-2002 NUTS-2001	Associado aos trabalhos do GT sobre estatísticas da Mobilidade Territorial.
D2	Crescimento Sustentado	Indicadores de massa	Pessoal ao serviço (N.º) das empresas por Localização geográfica (NUTS-2002) e Actividade económica (CAE Rev. 3); Anual	N.º	NUTS III	Anual	INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas	NUTS - 2001	A avaliar a possibilidade de associação ao SIC QREN (neste momento, por questões de segredo, não está garantida).
D4	Qualificação do Território e das Cidades	Indicadores de massa	Extensão de linhas e vias exploradas (km) por Localização geográfica (NUTS-2002) e Tipo de via ferroviária; Anual	km	NUTS II	Anual	INE, Inquérito à infraestrutura ferroviária	NUTS - 2001	Associado aos trabalhos do GT sobre estatísticas da Mobilidade Territorial.

Adicionalmente, foram considerados como indispensáveis todos os indicadores associados à Estratégia EU 2020, pela sua relevância nas políticas públicas co-financiadas por fundos Europeus, inclusive no actual ciclo de programação 2007-2013 (em linha com as orientações da CE [COM (2011) 17] e as conclusões do Conselho de Junho 2010).

No quadro seguinte é visível que, dos 11 indicadores da EU 2020, 3 já integram o SIC QREN, sendo proposto que os restantes 8 o passem também a integrar¹⁷. Para tal, na maioria dos casos será necessário efectuar apuramentos específicos de informação já disponível no SEN (e.g. ajustamentos a escalões etários), enquanto a operacionalização dos restantes indicadores, da área do ambiente, está dependente de articulações em curso ou a desenvolver pelo INE junto da APA e DGEG.

Quadro 4 – Novos indicadores do SIC QREN associados à Estratégia Europa 2020

Indicador 2020	Indicador(es) SIC QREN	Observações
75% da população com idade entre os 20 e os 64 anos empregada		
<i>Employment rate by gender, age group 20-64</i>	Taxa média de emprego (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo e Grupo etário Taxa média de emprego (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2001), Sexo e Grupo etário	Necessária a adequação dos escalões etários para obter o grupo etário 20-64.
3% do PIB da UE investido em I&D		
<i>Gross domestic expenditure on R&D (GERD)</i>	Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2001) e Sector de execução	Já disponível no SIC QREN.
Meta 20/020/20 na área do ambiente e energia: Redução de 20% nas emissões de gases com efeito de estufa; aumento de 20% da proporção das energias renováveis no consumo final de energia; aumento da eficiência energética em 20%.		
<i>Greenhouse gas emissions, base year 1990</i>	—	A obter no âmbito no âmbito da articulação entre o INE e a APA.
<i>Share of renewables in gross final energy consumption</i>	—	A obter no âmbito no âmbito da articulação entre o INE e a DGEG.
<i>Energy intensity of the economy (proxy indicator for Energy savings, which is under development). (Gross inland consumption of energy divided by GDP (kilogram of oil equivalent per 1000 Euro)</i>	—	A obter no âmbito no âmbito da articulação entre o INE e a DGEG.
Abandono escolar precoce inferior a 10% e, pelo menos, 40% da população entre os 30 e os 34 anos com o ensino superior completo		
<i>Early leavers from education and training by gender (Percentage of the population aged 18-24 with at most lower secondary education and not in further education or training)</i>	Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Sexo Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2001) e Sexo	Já disponível no SIC QREN.
<i>Tertiary educational attainment by gender, age group 30-34</i>	Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Grupo etário Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2001) e Grupo etário	Necessária a adequação dos escalões etários para obter o grupo etário 30-34.

¹⁷ Numa óptica de contabilização tendo em conta as duas geografias das NUTS correspondem a 13 indicadores.

Indicador 2020	Indicador(es) SIC QREN	Observações
Redução da pobreza reduzindo em pelo menos 20 milhões o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão		
<i>Population at risk of poverty or exclusion (union of the three sub-indicators below)</i>	—	Neste momento a operacionalização destes indicadores apenas é possível para Portugal, na medida em que o inquérito de base (ICOR) não tem representatividade regional.
<i>Persons living in households with very low work intensity</i>	—	
<i>Severely materially deprived persons</i>	—	
<i>Persons at risk of poverty after social transfers</i>	Taxa de risco de pobreza (Após transferências sociais - %) por Sexo e Grupo etário	Já disponível no SIC QREN.

ANEXO 1 – Correspondência trocada com o GT sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial

C/C

Presidente da Secção: Dr.ª Manuela Proença

Exma. Senhora
Presidente do Grupo de Trabalho sobre
Estatísticas da Mobilidade Territorial
Dr.ª Maria José Silva
Gabinete de Planeamento Estratégico e
Relações Internacionais do Ministério das
Obras Públicas, Transportes e Comunicações
Rua da Prata, n.º 8
1149-057 - Lisboa

Data: 2011-05-27

Assunto: **Grupo de Trabalho para a Revisão do Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto em que se Desenrolam as Políticas Públicas – Indicadores de mobilidade**

A 3ª Deliberação da Secção Permanente de Estatísticas de Base Territorial (SPEBT) estabeleceu a criação de um Grupo de Trabalho para a Revisão do Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto em que se Desenrolam as Políticas Públicas, disponível em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_perfterrindic, com mandato para rever este sistema de indicadores, nomeadamente, no que respeita à proposta de criação, reformulação e anulação de indicadores, tendo em consideração dificuldades persistentes na conclusão da implementação do sistema de indicadores aprovado em 2007 na SPEBT. Em Julho de 2011, deverá ser apresentado à SPEBT um relatório fundamentando as opções tomadas.

Neste contexto, há um conjunto de indicadores associados à área da mobilidade, identificados no quadro seguinte, cuja relevância foi reiterada pelas entidades com assento no grupo de trabalho mas cuja disponibilização no Banco de Dados de Difusão (BDD) do Portal de Estatísticas Oficiais ainda não foi possível de ser concretizada. O constrangimento associado à maioria destes indicadores reside na sua não disponibilização na geografia das NUTS 2001, geografia que continua a revelar-se importante, nomeadamente para a monitorização dos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT), da responsabilidade das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

	Indicador	Fonte	Lacuna
1	Extensão da rede nacional rodoviária (km) por Localização geográfica e Tipo de rede rodoviária; Anual	EP, Estradas de Portugal, SA (Plano Rodoviário Nacional)	Pretende-se obter esta informação por NUTS III (na geografia NUTS-2002) e por NUTS II (NUTS-2001)
2	Densidade da rede rodoviária nacional (km/ km²) por Localização geográfica e Tipo de rede; Anual	EP, Estradas de Portugal, SA (Plano Rodoviário Nacional)	A operacionalizar em função da disponibilidade do indicador 1

	Indicador	Fonte	Lacuna
3	Movimento intra-regional de passageiros ferroviários por habitante (N.º/ hab.) por Localização geográfica; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	Pretende-se obter este indicador por NUTS II na geografia NUTS-2001
4	Passageiros ferroviários desembarcados (N.º) por Local de desembarque; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	Pretende-se obter este indicador por NUTS II na geografia NUTS-2001
5	Passageiros ferroviários desembarcados por habitante (N.º/ hab.) por Local de desembarque; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	A operacionalizar em função da disponibilidade do indicador 4
6	Extensão total das linhas ferroviárias (km) da rede ferroviária nacional por Localização geográfica e Tipo de electrificação; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	Pretende-se obter este indicador na geografia NUTS-2001
7	Densidade da rede ferroviária nacional por Localização geográfica; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	A operacionalizar em função da disponibilidade do indicador 6
8	Proporção de rede ferroviária electrificada por Localização geográfica; Anual	INE, Inquérito ao tráfego por caminho-de-ferro	A operacionalizar em função da disponibilidade do indicador 6
9	Passageiros/km em transporte colectivo	—	Pretende-se uma orientação sobre o conceito de "transporte colectivo" e a respectiva operacionalização por NUTS III (na geografia NUTS-2002) e por NUTS II (NUTS-2001)

Tendo em conta o mandato do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial a que preside, vimos, assim, solicitar a sua melhor atenção no sentido de procurar contornar os constrangimentos acima referidos.

A decisão sobre a manutenção no Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto em que se Desenrolam as Políticas Públicas dos indicadores acima identificados ficará condicionada à vossa resposta, pelo que agradecemos que a mesma possa ocorrer tão breve quanto possível.

Com os melhores cumprimentos,



(Duarte Rodrigues)

PRESIDENTE DO GRUPO DE TRABALHO PARA A REVISÃO DO
SISTEMA DE INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DO CONTEXTO EM
QUE SE DESENNOLAM AS POLÍTICAS PÚBLICAS

C/C

Presidente da Secção: Dra. Manuela Proença

Exmo. Senhor
Presidente do Grupo de Trabalho para a Revisão do
Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto
em que se Desenrolam as Políticas Públicas

Dr. Duarte Rodrigues

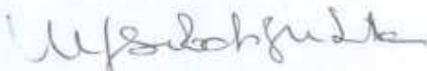
Observatório do QREN
Edifício Expo 98
Av. D. João II, Lote 1.07.2.1 - 4º
1998-014 Lisboa

Data: 2011-06-20

Assunto **Indicadores de mobilidade - Grupo de Trabalho para a Revisão do Sistema de Indicadores de Monitorização do Contexto em que se Desenrolam as Políticas Públicas**

Em resposta ao vosso ofício de 2011-05-27, e após análise do mesmo em reunião do GT sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial, informo que o conjunto de indicadores associados à área da mobilidade, identificados como relevantes pelas entidades com assento no grupo de trabalho a que preside, será tido em consideração no trabalho que estamos a desenvolver que culminará com a apresentação à SPEBT de um relatório final fundamentado sobre as necessidades de informação no âmbito da mobilidade territorial, bem como as possibilidades de concretização de resposta às necessidades detectadas.

Com os melhores cumprimentos,



(Maria José Rodrigues Silva)

Presidente do Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Mobilidade Territorial

ANEXO 2 – Lista de indicadores do SIC QREN que poderiam integrar a distinção por género

Designação indicador	Fonte	Desagregação geográfica
Proporção da população residente com idade entre 25 e 64 anos que participa em actividades de educação e formação (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Taxa de escolaridade do nível de ensino secundário (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Grupo etário; Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Grupo etário; Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
População empregada (Taxa de variação anual - Base 2000 -%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Ramo de actividade; Anual	INE, Contas Económicas Regionais	NUTS III
Proporção da população activa (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Nível de escolaridade mais elevado completo; Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Proporção de trabalhadores não qualificados (Série 1998 - %) da população empregada por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Proporção de investigadores equivalente a tempo integral (ETI - %) na população activa por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS II
Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D - ζ) na população activa por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS II
Proporção de pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D) nas empresas (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS III
Investigadores equivalente a tempo integral (ETI - N.º) nas instituições e empresas com investigação e desenvolvimento por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS III
Pessoal ao serviço equivalente a tempo integral (ETI) em actividades de investigação e desenvolvimento (I&D - N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução; Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS III
Esperança de vida à nascença (Metodologia 2007 - Ano) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Indicadores Demográficos	NUTS III
Proporção da população empregada por conta de outrem com contrato a termo (%) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Taxa média de desemprego da população activa com ensino superior completo (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Proporção da população desempregada de longa duração que participa em actividades de educação e formação (Série 1998 - %); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	Portugal
Proporção da população desempregada que participa em actividades de educação e formação (Série 1998 - %); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	Portugal
Taxa de variação da população empregada (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Nível de escolaridade obrigatória; Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Taxa média de desemprego de longa duração (Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito ao Emprego	NUTS II
Beneficiários do rendimento social de inserção por 1000 habitantes em idade activa (%) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Pensionistas da Segurança Social por mil habitantes em idade activa (%) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Valor médio das pensões da Segurança Social (€/nº) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Beneficiários do rendimento social de inserção (N.º) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Pensões da segurança social (€) por Local de residência; Anual	Instituto de Informática, I.P.	Município
Taxa de criminalidade (ζ) por Localização geográfica e Categoria de crime; Anual	Direcção-Geral da Polícia de Justiça	Município
Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas por 1 000 habitantes (ζ) por Localização geográfica (NUTS - 2002); Anual	Min. da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	NUTS III
Proporção de indivíduos que utilizam Internet (%) por Local de residência (NUTS - 2002); Anual	INE, Inquérito à Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação pelas Famílias	NUTS II